

UM FLAGRANTE NA CLANDESTINIDADE

Sidnei Marco Dornelas*

Na noite do dia 24 de julho de 1997, o "Jornal Nacional" da Rede Globo noticiava na sua primeira chamada: "Flagrante: bolivianos viram escravos em São Paulo". Depois, na sua primeira reportagem o apresentador iniciava repetindo a manchete em tom bombástico: "Trabalho escravo na maior cidade do País". Era a notícia do desmantelamento de uma oficina de costura funcionando ilegalmente na Zona Leste da cidade de São Paulo, em que trabalhavam 23 imigrantes bolivianos clandestinos, sob condições de superexploração.

Tal destaque chama a atenção, pois são raras as oportunidades em que a grande imprensa, sobretudo a televisiva, traz notícias sobre a clandestinidade de estrangeiros no País. Trata-se de um fenômeno relativamente desconhecido da sociedade brasileira e que, quando surge, aparece como uma ocorrência policial, como denúncia de "escravidão", como um escândalo diante da opinião pública. Manchetes como essas trazem todo tipo de associações negativas à presença de imigrantes ilegais em nosso País. Para o grande público ocorre a massificação de associações como "escravidão"/"clandestinidade" (bolivianos)/"crime" (ilegalidade).

Em torno dessa ação da grande imprensa sobre um fenômeno relativamente ignorado pela sociedade brasileira, a clandestinidade de imigrantes ilegais, e a partir da recuperação desse caso específico, tentaremos esboçar algumas reflexões. Tentaremos também visualizar a situação

peculiar em que se encontra a Pastoral dos Migrantes diante dessa realidade.

NÃO É A PRIMEIRA VEZ

Apesar de raro, um caso parecido foi noticiado pela televisão brasileira em 1994. Em outubro daquele ano, uma das chamadas do "Aqui/Agora" colocava como sua reportagem principal o desmantelamento de duas oficinas de costura clandestinas, sob o título: "Bolivianos trabalham como escravos". Na apresentação da reportagem, a distinção entre duas oficinas acabou desaparecendo, e o telespectador desatento não perceberia a diferença.

A reportagem dividia-se em três blocos: no primeiro a reportagem entrava numa oficina com a câmera focalizando máquinas e cinco bolivianos em situação irregular. No segundo, na sede da Polícia Federal, a reportagem mostrava o desmantelamento de uma oficina com oito ou nove bolivianos clandestinos, destacando a acusação de ilegalidade e de superexploração do trabalho, qualificado como "escravo". No terceiro bloco, a repórter visitava a segunda oficina para mostrar o que seria o grande achado da reportagem, um estreito esconderijo atrás de uma geladeira, em que teriam se escondido oito imigrantes ilegais quando da chegada da polícia.

Em cima da descoberta deste "buraco", que servia de esconderijo de emer-

gência, insistentemente mostrado pela câmera, a repórter acusava o boliviano dono da oficina de trazer de volta a escravidão ao Brasil. A repórter CB encerrava a reportagem gesticulando e desabafando diante da câmera: "A abolição da escravidão foi em 1888, não dá mais para acontecer isso. Infelizmente nós vamos chegar quase no século XXI, e ainda pessoas como o Sr... fez o que fizeram... CB pedindo um basta pra isso, Aqui/Agora".

A indistinção fora reforçada no final do primeiro bloco, quando o apresentador, ao anunciar o restante da reportagem, propagandeava com alarde: "E ainda na edição de hoje, você vai ver o local usado como *calabouço* para os escravos bolivianos. Não perca..." Essa idéia de "calabouço" pervade toda a reportagem, nivelando as nuances, colocando num fundo desfocado a multiplicidade de dados mal coletados, para se concentrar numa associação: *bolivianos ilegais = trabalho escravo*.

Na verdade, o formato próprio de programas como "Aqui/Agora" leva a tais indistinções, nivelamentos em tons ambíguos, que reforçam invariavelmente estigmas e preconceitos. Existe nele uma falsa impressão de contato direto com os fatos, quando, ao contrário, a própria postura do repórter é enviesada em todos os momentos.

Neste caso, a repórter não só assume expressamente o ponto de vista da polícia, mas adota postura policial e acusatória pressionando os interrogados a dizerem

aquilo que ela quer que eles digam. Frequentemente ela usa as expressões policiais ao narrar o episódio. Embora não sejam mostrados diretamente, os policiais são elogiados com frases do tipo: *“os investigadores que estão aqui, foram à luta e descobriram”*.

Além disso, o formato deste tipo de noticiário se apóia, de maneira quase inescrupulosa, nos movimentos de câmera, ao “mostrar” e “expor” os elementos mais comezinhos do fato noticiado. No caso, quando na sede da Polícia Federal, a repórter manipulava tudo o que se encontrava sobre uma mesa, e que poderia ser elemento que evidenciasse o crime: documentos pessoais, notas fiscais, panfletos, fichas com impressões digitais... Todo o transcurso e montagem da reportagem levava a uma ação estigmatizadora dos acusados, sem que estes tivessem chance maior de oferecer alguma defesa.

Neste ponto gostaríamos de chamar a atenção para uma cena significativa da reportagem. No final do segundo bloco, entre os documentos manipulados pela repórter, estava um panfleto da Pastoral dos Migrantes Latino-americanos anunciando a primeira missão da Igreja Boliviana entre os seus compatriotas residentes na Grande São Paulo. Em castelhano ele anunciava de maneira animada este acontecimento inédito, trazendo também a programação. Com insistência, a câmera fazia um “close” no panfleto, como se tentasse ler o que estava escrito nas suas linhas mais minúsculas, enquanto a repórter insinuava que aquele panfleto poderia ser uma prova de que existiria uma rede de aliciamento de mão-de-obra, a qual o boliviano dono da oficina estaria ligado: *“O senhor teria o contato dos bolivianos que ali vivem no Brasil para trabalhar...”* O dono da oficina negava, mas a repórter insistia: *“Foi encontrado lá na sua oficina de costural”* Ele voltava a negar, e ocorreu o corte para o início do terceiro bloco.

Apesar das negativas do dono da oficina, o que restou foi a imagem na TV do panfleto da Pastoral e as insinuações da repórter. Este detalhe, além de toda a agressividade da reportagem, causou um mal-estar singular entre os agentes de pas-

toral e os imigrantes que frequentavam os eventos promovidos pela Pastoral dos Imigrantes Latino-americanos. De um lado, a Pastoral foi apresentada, diante de toda a sociedade, como um lugar suspeito de aliciamento de mão-de-obra, que seria reduzida depois à “escravidão”. Por outro, diante dos imigrantes bolivianos, acudados pela clandestinidade, a Pastoral tornou-se “suspeita” como lugar visado pela polícia, onde eles não estariam seguros. Talvez seja esse segundo aspecto o que mais incomodava a Pastoral, a possibilidade de quebra de confiança junto aos imigrantes bolivianos.

O CASO DO FLAGRANTE DA ZONA LESTE

O flagrante noticiado em julho de 1997 pelo “Jornal Nacional”, já estava se anunciando algum tempo antes. Recuperando os noticiários da grande imprensa paulistana sobre clandestinidade neste ano podemos perceber isso. Assim, em 24 de abril de 1997 o “Diário Popular” anunciava em manchete de primeira página: *“Menores exploradas na capital”*.

Tratava-se de dois fatos: da descoberta pela Polícia Militar de cinco menores bolivianas clandestinas, trabalhando em regime de semi-escravidão, sem salário, numa oficina da Zona Leste de São Paulo e o fechamento de uma boate no bairro da Aclimação, em que três adolescentes de Santa Catarina eram usadas como garotas de programa. A reportagem colocava lado a lado, sem qualquer escrúpulo, a foto noturna da boate ao lado da foto frontal das meninas bolivianas, sem qualquer tarja nos olhos e publicando os seus nomes.

O que pareceu criar a associação entre fatos tão diferentes, além de serem menores exploradas, foi o nome da boate, *“Carmensitas”*... A ambiguidade desta associação, criadora de preconceito, levava a imaginar aquelas imigrantes como “prostitutas”: trabalho-clandestino/bolivianas-ilegais/prostituição. Tal procedimento anti-ético, estigmatizador, levou a um protesto formal da Pastoral dos

Migrantes, em carta endereçada aos editores do “Diário Popular” datada do mesmo dia em que a reportagem foi veiculada.

No entanto, fatos mais constrangedores para a Pastoral estariam para ocorrer. No domingo, 20 de julho de 1997, o jornal “O Estado de São Paulo” publicava matéria de duas páginas inteiras, sobre a grande presença de bolivianos clandestinos na capital paulista. Na página C4 a reportagem descrevia longamente essa presença boliviana, com destaque ao bairro do Pari. Na página C5, em reportagem aparentemente secundária, trazia uma entrevista com um dos padres responsáveis da Pastoral dos Migrantes e atuando no CEM: *“Padre denuncia regime ‘escravo’ em livro”*.

Se a manchete atribuía ao padre a “denúncia” do trabalho escravo entre os bolivianos, o corpo do texto parecia dizer outra coisa. Ali, no quarto parágrafo se dizia: *“Na opinião de ..., o termo semi-escravidão não pode ser atribuído aos trabalhadores do ramo da confecção. O padre, porém, não deixa de salientar que, de fato, os imigrantes são explorados e vivem em péssimas condições.”* Em seguida, o padre comparava a situação dos bolivianos em São Paulo com a situação dos dekasseguis no Japão. Mais à frente, entrevistando outros membros da Pastoral dos Latino-americanos, ficava evidente que muitos problemas dessas confecções clandestinas bolivianas são resolvidos entre pares e só em última instância se apela para entidades externas confiáveis, como o escritório da Pastoral Latino-americana.

A contradição entre a manchete e o que diz o corpo do texto, na verdade, mostra a intenção dissimulada de quem construiu a reportagem: a denúncia de “trabalho escravo” entre imigrantes bolivianos ilegais. Não por acaso, ao lado dessa, uma outra reportagem menor a acompanha com o título: *“Fiscalização é difícil, justificam autoridades”*, e em subtítulo sugestivo, *“Polícia Federal e Delegacia do Trabalho informam que esperam denúncias para agir”*. Trata-se ao mesmo tempo de uma desculpa e de um convite a que a população a obrigue a agir, para “flagrar” essa exploração de mão-de-obra escrava.

Coincidência ou não, naquela mesma semana houve o flagrante noticiado com grande alarde pelo "Jornal Nacional" de 24 de julho, como resultado das informações colhidas a partir da descoberta das meninas bolivianas em abril. Grandes jornais da capital paulista também noticiaram com destaque o fato. O "Diário Popular", na edição de 25 de julho, em sua primeira página publicava a manchete: "Polícia fecha três confecções que escravizavam bolivianos", e na página interior, "Trabalho escravo leva estrangeiros à prisão".

No entanto, o melhor exemplo de deturpação da informação e criação de preconceito sobre os bolivianos clandestinos ficou por conta do "Notícias Populares" de 25 de julho. Na manchete de primeira página ele noticiava: "Costureiras presas e escravizadas no casarão da Zona Leste", e ao lado a foto de um policial no terraço de um sobrado de periferia, com os dizeres: "Polícia prendeu dois carrascos bolivianos". Na página três, em que a reportagem é desenvolvida, a manchete diz: "Costureiras eram escravas de bolivianos", com o subtítulo "Brasileira disse que trabalhava só pra comer e dormir", e no final da página, "Bolivianos serão extraditados".

Quem só lê os títulos, ou lê mal o conteúdo da reportagem, teria a tendência de pensar que são bolivianos que invadem o País e montam oficinas que escravizam costureiras brasileiras. O problema da imigração de trabalhadores bolivianos clandestinos, se escondendo dos rigores da lei brasileira, vivendo sob péssimas condições, superexplorados no trabalho e tendo uma relação tortuosa de negociação com seus empregadores - tudo isso passa completamente despercebido.

De maneira grotesca, colocando-se como representante popular da opinião pública nacional, o jornal estigmatiza os bolivianos como exploradores de mão-de-obra escrava no Brasil, cria o preconceito em cima da desinformação e acena para um fantasma relativamente desconhecido entre nós: a xenofobia. Mais uma vez vemos que a Mídia pode, pela maneira como veicula a notícia, não só reforçar,

mas também criar o estigma.

Diante dos exemplos anteriores, deve-se dizer em defesa da reportagem feita pelo "Jornal Nacional" que ela se apresentou dentro dos limites razoáveis da correção ética. Do começo ao fim, tenta mostrar-se isenta face ao noticiado, apresentando os dados e as cenas de maneira objetiva. Em nenhum momento o rosto dos bolivianos indocumentados foi mostrado. A única pessoa entrevistada com maior destaque, a fiscal do Ministério do Trabalho, é aquela que em posição de autoridade poderia atestar a existência do chamado "trabalho escravo". Mas exatamente por isso, pela isenção e objetividade, pelo cuidado em se apresentar de maneira "ética", é que podemos avaliar como as associações estigmatizadoras mais rígidas permanecem no noticiário veiculado pela grande imprensa brasileira sobre a clandestinidade. Assim, a notícia é dada objetivamente como caso de polícia, como ocorrência policial.

Existe um círculo vicioso que aqui volta a se repetir, como nas outras reportagens: descoberta de imigrantes bolivianos ilegais - clandestinidade - características de "trabalho escravo". A "denúncia" diante da opinião pública nacional dessa realidade na forma de ocorrência policial, de algo que conspira contra a "legalidade", em que todos os elementos criam e reforçam preconceitos e estigmas, leva a que "explorados" e "exploradores" apareçam como cúmplices, e não permite a quem vive na "legalidade", o brasileiro e "nacional", perceber como realmente se organiza e se vive nesse mundo desconhecido dos imigrantes clandestinos.

No rescaldo destes fatos, o padre entrevistado na matéria do "Estado de São Paulo" enviou, em 22 de julho, carta à redação do jornal, declarando sua discordância ao tratamento dado à sua fala no artigo. Além de lembrar a complexidade social e cultural da presença boliviana na cidade, alertou para a inadequação da expressão "regime escravo" quando se trata de se referir ao trabalho nas confecções clandestinas, embora não se possa negar as condições de superexploração em que ele acontece.

Não se sabe se o jornal levou em consideração esta carta, mas em editorial intitulado "Os escravos bolivianos", de 29 de julho, o "Estado de São Paulo" chama para si a responsabilidade da denúncia de escravidão que teria levado ao flagrante do dia 24 de julho. Em algumas linhas descreve o trajeto que leva à superexploração dos imigrantes clandestinos, para ressaltar sobretudo a crítica aos órgãos públicos que não agem para coibir essa prática. Em negrito, enquadrado, é destacado este trecho do editorial: "A exploração dos imigrantes é negociada em praça pública, mas o governo diz desconhecê-la". No final do texto, o editorialista quer lembrar ao poder público qual a sua obrigação no caso: "Os órgãos competentes devem fazer valer as regras de imigração do País, e punir os que ocultam estrangeiros e os mantêm em regime desse tipo." O jornal coloca-se mais uma vez como porta-voz da opinião pública nacional e, no fundo, continua completamente insensível para o mundo próprio em que vivem os imigrantes bolivianos.

O MAL-ESTAR NA PASTORAL

Os fatos ocorridos em julho de 1997, e a forma como foram noticiados, levaram a um constrangimento ainda maior dos integrantes da Pastoral dos Migrantes Latino-americanos. A reportagem com o padre da Pastoral "denunciando" a situação de "escravidão" dos bolivianos foi vista por estes como o desencadeador da operação policial que levou ao dito "flagrante". Diante dos bolivianos, que ela pretende defender, a Pastoral foi mais uma vez vista como aquela que os "denuncia", que os expõe à lei que os incrimina como clandestinos.

Todo um trabalho de recuperação da confiança teve de ser desenvolvido. Mais uma vez a Pastoral procurou mostrar que está à escuta dos imigrantes clandestinos, propondo-se a defendê-los e refletindo com eles a situação em que se encontram. Por outro lado, diante de uma imprensa sempre sequiosa de novidade, de "denúnci-

as”, a Pastoral vê esgotar toda possibilidade de confiança. A ação da grande imprensa com frequência prejudica todo o trabalho realizado, e que está se realizando, entre os imigrantes indocumentados.

Essa é uma situação curiosa. A Pastoral dos Migrantes Latino-americanos sempre se alinhou com as Pastorais Sociais da Igreja Católica, que possuem muita força na cidade de São Paulo. Nesse sentido, ela luta pela cidadania e pela defesa dos direitos dos migrantes latino-americanos. Trabalha para que eles possam formar comunidade, manter vivas sua cultura e sua religiosidade, combater as condições de superexploração nas oficinas de costura, bem como lutar para que eles tenham uma vida digna através do gozo pleno dos seus direitos¹. Por isso, a sua principal bandeira é a documentação e a legalização da situação em que se encontram esses imigrantes clandestinos.

Ora, é aqui que reside a contradição. Ao mesmo tempo que ela é obrigada a chamar a atenção para a realidade concreta desses imigrantes, e nesse sentido as pastorais sociais sempre se caracterizaram pela “denúncia” das situações de injustiça (a “escravidão” de trabalhadores rurais, o não cumprimento de leis trabalhistas junto aos operários, a violência da polícia, etc), ela se vê obrigada a não divulgar casos específicos de superexploração entre imigrantes bolivianos, justamente para não quebrar a tênue relação de confiança que tem com eles. Procura respeitar o espaço da clandestinidade em que vivem, para que as instituições da “legalidade” brasileira não destruam os frágeis laços com que se constrói a sociabilidade boliviana em São Paulo, nas sombras da clandestinidade.

Talvez não exista situação de oposição mais contundente do que as lógicas de um lado, dos agentes da grande imprensa, e de outro, dos imigrantes clandestinos. A grande imprensa funciona na lógica da comunicação de massa, procurando interligar todo o espaço nacional. É assim que ela interroga, flagra, mostra, grava - sempre em busca de trazer à “luz” a verdade dos fatos. Ela se apresenta como defensora da “legalidade”, da “ordem pública”, o que

significa, sobretudo em meio popular, se colocar em defesa da “polícia”, quando não assume expressamente as funções de investigação e julgamento. Ela sempre pretende aparecer como imparcial, ou melhor, como servidora da opinião pública nacional. Ou então, como a própria opinião pública nacional. Na lógica da comunicação dentro do espaço nacional, da “legalidade”, da “clareza”, ela acaba sendo impermeável a tudo o que surge como clandestino, ilegal, diferente, estranho.

Os imigrantes bolivianos na cidade de São Paulo são guiados por uma lógica oposta, a lógica da clandestinidade. Eles são estrangeiros e marcados pela incomunicabilidade com aquilo que caracteriza o espaço nacional. Vivem e trabalham na obscuridade, em casas fechadas, e as relações de confiança em que se apoiam passam pela família, pelo compadrio, pela língua, pelo fato de serem da Bolívia. São pobres como muitos brasileiros, partilham muitas vezes das mesmas condições de superexploração no trabalho, mas vivem na “ilegalidade”, o que somado ao estranhamento de suas características culturais, os impede de participar de um mesmo mundo. Eles são do mundo da clandestinidade, invisível à “legalidade” do espaço nacional, obscuro, fechado sobre si mesmo. Não deveriam trabalhar e, como estão condenados a fazê-lo sob péssimas condições, quando são flagrados pelas “luzes” da Mídia brasileira, surgem como trabalhadores “escravos”, com a imagem aviltada pelos estigmas que só a Mídia tem condições de veicular em massa.

O mal-estar da Pastoral, que todos os incidentes entre ela e a imprensa só confirmam, vem do fato dela estar justamente a meio caminho entre o espaço “nacional” da “legalidade” e dos direitos reconhecidos, e o mundo da imigração clandestina, obscuro e fechado sobre si mesmo, em que resistem os imigrantes ilegais. Por estar inserida na sociedade civil brasileira, como entidade reconhecida da Igreja Católica, não pode deixar de olhar para os imigrantes clandestinos como o “outro”, o “diferente”, o “sem direito” que vive na “ile-

galidade”. Ela faz parte do espaço nacional, e com certeza é vista assim pelos imigrantes bolivianos, e por isso passível de desconfiança. Por outro lado, ela tenta se comunicar com esses imigrantes, despertar a confiança, criar um espaço de sociabilidade e de integração mínima dentro da sociedade brasileira. Ela quer ser o porta-voz das demandas dos imigrantes diante da sociedade brasileira, o que pode lhe valer também a desconfiança por acusações advindas de representantes instituídos da “legalidade” brasileira.

Assim, o equilíbrio em que se mantém a Pastoral dos Latino-americanos é frágil e sua relação com a Mídia reflete sua relação difícil com os estigmas e estereótipos veiculados pela sociedade nacional. Na verdade, o dilema da Pastoral está justamente que ela necessita se expor às “luzes” da “legalidade”, como qualquer pastoral social, para defender os imigrantes clandestinos, ao mesmo tempo que tem que respeitar a “obscuridade” em que eles vivem, barrando qualquer “denúncia” imprudente, a fim de não os expor à ação da polícia e, assim, não desbaratar sua rede familiar e comunitária. Dessa maneira, ao mesmo tempo que exercita a difícil arte da negociação com as autoridades “legais” brasileiras, com os imigrantes bolivianos e suas organizações, tentando fazer a ponte entre aquelas e estas, a Pastoral começa a discutir novas concepções de direitos, de “legalidade” e passa a reconhecer a importância de lutar contra as diversas formas de preconceito e estigmatização. Como todas as pastorais da Igreja na década de 90, a Pastoral dos Migrantes Latino-americanos aprende como tratar com as difíceis questões de identidade e cultura dentro deste mundo globalizado.

* Sidnei Marco Dornelas é padre carlista e integrante da equipe do CEM.

NOTA

1) A Pastoral dos Migrantes Latino-americanos conta com um escritório sediado na Igreja Nossa Senhora da Paz, no Glicério. Conta também com a assessoria de uma equipe de advogados e agentes de pastoral, procurando agir na defesa dos imigrantes que são explorados nas oficinas, ou a mercê de outras situações difíceis - sempre procurando preservar a integridade e os direitos humanos da principal vítima, o imigrante ilegal e sua família.